

CAMPEONATO INTERESTADUAL DE MARCAS MBR 2026

REGULAMENTO DESPORTIVO – 2026

SUMÁRIO

ARTIGO 01 – DO NOME E DA CATEGORIA DO CAMPEONATO

ARTIGO 02 – DOS REGULAMENTOS E ADENDOS

ARTIGO 03 – DAS ENTIDADES ENVOLVIDAS

ARTIGO 04 – DAS INSCRIÇÕES

ARTIGO 05 – DAS ESPECIFICAÇÕES DAS PROVAS

ARTIGO 06 – DO BRIEFING

ARTIGO 07 – DOS TREINOS

ARTIGO 08 – DA LARGADA E RELARGADA

ARTIGO 09 – DO PARQUE FECHADO

ARTIGO 10 – DA VISTORIA TÉCNICA

ARTIGO 11 – DA CRONOMETRAGEM

ARTIGO 12 – DA PREMIAÇÃO

ARTIGO 13 – DO PÓDIO

ARTIGO 14 – DA PUBLICIDADE

ARTIGO 15 – DAS PENALIZAÇÕES

ARTIGO 16 – DAS RECLAMAÇÕES E RECURSOS

ARTIGO 17 – DO DOPING

ARTIGO 18 – DA SEGURANÇA

ARTIGO 19 – DOS AUTÓDROMOS

ARTIGO 20 – DAS CÂMERAS DE VÍDEO

ARTIGO 21 – DA PROGRAMAÇÃO – DATAS E HORÁRIOS DOS EVENTOS

ARTIGO 22 - DO CALENDÁRIO 2026

ARTIGO 23 – DA APROVAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1 - DO NOME E DA CATEGORIA DO CAMPEONATO

Art. 1º - Este Regulamento é o conjunto das disposições que regem o campeonato denominado “**COPA BRASIL CENTRAL MARCAS BRASIL RACING**”, que será realizado, na temporada 2026 e consiste de provas em autódromos e/ou circuitos de rua fechados, as quais estão incluídas no calendário das FAUs.

§ 1º – O Campeonato será composto por 2 (dois) eventos oficiais, cada um dividido em 2 (duas) corridas, caracterizadas pelo formato sprint, sendo exclusivamente essas provas válidas para a apuração de pontos e classificação do Campeonato.

§ 2º – Também será realizado um evento extra, de caráter estritamente festivo, composto por uma única corrida de longa duração, com regulamento próprio, em razão das particularidades de uma prova do tipo endurance, não sendo atribuídos pontos ou qualquer tipo de somatória para o resultado final da temporada.

§ 3º – Excepcionalmente, no caso de impossibilidade de realização de algum evento oficial, o número de provas por evento e o número total de provas válidas para o Campeonato poderão ser alterados, respeitando-se sempre que apenas as provas oficiais gerarão pontuação para o Campeonato.

Art. 1.1 - É facultado à Comissão de Preparadores da MBR assessorar as FAUs, técnica e desportivamente, a **CAMPEONATO INTERESTADUAL DE MARCAS MBR 2026**, que será promovida pela **AEMBRA - ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA MARCAS E PILOTOS BRASIL RACING**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 50.844.438/0001-24, com sede em Toledo, PR e compreenderá os seguintes títulos:

I – 1 (um) título de Campeão Interestadual de Marcas MBR 2026 – Classe 1 - Categoria “SUPER”;

II – 1 (um) título de Campeão Interestadual de Marcas MBR 2026 – Classe 1 - Categoria “ELITE”;

III – 1 (um) título de Campeão Interestadual de Marcas MBR 2026 – Classe 1 - Categoria “Master”;

Art. 1.2 - O CAMPEONATO INTERESTADUAL DE MARCAS MBR 2026 será disputada na forma de categorias mistas, estando os eventos reservados para veículos de passeio cujas especificações encontram-se definidas nas Regulamentações Técnicas respectivas.

2 - DOS REGULAMENTOS E ADENDOS

Art. 2º – Este Regulamento se submeterá ao Código Desportivo Internacional - CDI, Código Desportivo de Automobilismo - CDA, Regulamento Desportivo e Técnico da Categoria, Adendos e RPPs – Regulamentos Particulares das Provas e terão força de lei desportiva, em conformidade com os princípios estabelecidos pela legislação nacional.

Art. 2.1 - Os adendos desportivos ou aqueles considerados de segurança entram em vigor a partir da data de sua publicação. Os adendos técnicos que não sejam considerados de segurança iniciarão sua vigência 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.

Art. 2.2 - Toda e qualquer Regulamentação Particular da Prova - RPP deverá ser feita pelo Promotor, podendo receber dos Comissários e Direção de Provas informações particulares de cada etapa.

Art. 2.2.1 – As inclusões solicitadas no RPP de cada evento poderão ser apresentadas pela Empresa Promotora ou a critério das FAUs, nos termos e prazos estabelecidos no CDA, e sendo qualquer alteração necessária após o prazo de divulgação, somente poderá ser efetuada pelos Comissários Desportivos.

Art. 2.2.2 - As datas e os horários dos treinos extras, livres, classificatórios e provas serão determinados através do RPP.

Art. 2.3 - Todos os pilotos, equipes e oficiais participantes do campeonato comprometem-se por si próprios, e por seus empregados e agentes, a observar, respeitar e submeter-se a todas as regulamentações e adendos contidos no Código Desportivo do Automobilismo - CDA, no Regulamento Técnico da categoria, no presente Regulamento Desportivo, Adendos e no RPP.

Art. 2.4 - Todas as partes participantes (federações, empresa promotora, autódromos, competidores e equipes), comprometem-se a aplicar e observar as regulamentações que gerem o Campeonato.

3- DAS ENTIDADES ENVOLVIDAS

Art. 3º – Sempre deverá constar nos Regulamentos, Adendos, RPP, ou o que possa substituí-lo, a indicação das entidades envolvidas FIA, CBA e Federação, bem como o Clube organizador e/ou a empresa promotora.

4 - DAS INSCRIÇÕES

Art. 4 - As inscrições dos pilotos em qualquer evento do campeonato só serão homologadas (ou efetivadas), após análise feita pelos Comissários Desportivos nomeados para o evento.

Art. 4.1.2 - Após o término do prazo limite para inscrição, estas somente serão aceitas se aprovadas pelos comissários desportivos.

Das Inscrições de Pilotos

Art. 4.2 - Para se inscrever na CAMPEONATO INTERESTADUAL DE MARCAS MBR 2026, os pilotos devem possuir Cédula Desportiva Nacional na modalidade “Velocidade”, conforme art. 31 do CDA, emitida pela CBA em 2026, bem como cumprir os requisitos abaixo especificados:

I - Apresentação de cédula Desportiva Nacional CBA com validade em 2026, na modalidade Velocidade nas categorias PC, PGC-A ou PGC-B.

II - Pagamento dos valores estabelecido para inscrição;

III - Quitação de quaisquer débitos existentes com o Promotor, FAUs e FAU.

IV - Os pilotos filiados às ASNs filiadas à CODASUR poderão participar e pontuarão no Campeonato. O piloto interessado deve possuir autorização e a graduação correspondente em sua ASN de origem, com validade em 2026.

V - Os demais pilotos de outros países poderão participar, apresentando Cédula Desportiva Internacional e autorização da ASN de origem, válida no ano 2026, mas não pontuarão no campeonato.

Art. 4.2.1 - Ao se inscrever o piloto acata as determinações abaixo:

I - Que está ciente do Regulamento Desportivo, Regulamento Técnico, seus adendos e RPP, e se obriga, assim como a seus auxiliares, a cumprir fielmente todos os termos;

II - Que aceita todas as decisões dos Comissários Desportivos;

III - Que tem ciência e concorda que a Comissão de Equipes e Pilotos e o Promotor tem o direito de uso de sons e imagens durante os eventos, e que

poderá utilizar, no todo ou em parte, para fins de divulgação da categoria e do automobilismo, bem como verificações desportivas e técnicas, respeitando sempre os acordos da empresa promotora do evento junto aos veículos de mídia e imprensa;

IV - O piloto deverá atender todas as determinações no que se diz respeito a publicidades obrigatórias, tais como, uso do boné no pódio, bordados obrigatórios no macacão, adesivos obrigatórios, estar presente no cerimonial do pódio, estar disponível para coletiva de imprensa pós prova, atender o público presente no horário de visitação aos boxes e outros, que estarão especificados no contrato. O não cumprimento deste item implica a pena de uma multa de 20 (vinte) UP's, de acordo com o CDA 2026;

V - Que tem ciência de que todos os direitos do concorrente devem ser pleiteados, por escrito, dirigidos aos comissários desportivos através da secretaria de prova que detém formulários específicos ou diretamente aos comissários desportivos com a ausência da secretaria e/ou secretária;

VI - Que tem ciência do disposto no Código Brasileiro de Justiça Desportiva, bem como se compromete a não recorrer aos poderes públicos de qualquer decisão adotada, mas unicamente aos poderes desportivos legalmente constituídos.

Das Classes e Categorias do Campeonato

Art. 4.3 - O Campeonato será disputado pelas seguintes Classes ou Categorias:

Art. 4.3.1 - “Classe 1” – Veículos em conformidade com o Regulamento Técnico em sua edição 2026, subdividida em Categoria “SUPER”, “ELITE” e “MASTER” definidas pelo critério da cédula desportiva, a experiência e currículo do piloto, com a participação de pilotos portadores de cédula desportiva de Velocidade.

Art. 4.3.1.1 - Para participar da CAMPEONATO INTERESTADUAL DE MARCAS MBR 2026, o piloto deve solicitar a inscrição ou receber uma carta-convite oficial da organização. A categoria em que competirá será determinada pela organização com base em sua graduação de acordo com a célula desportiva, seu histórico e experiência.

Art. 4.3.1.2 – Os pilotos serão inscritos na CAMPEONATO INTERESTADUAL DE MARCAS MBR 2026 de acordo com a graduação de sua carteira de piloto e seu histórico esportivo no automobilismo.

§ 1º - O enquadramento definitivo na categoria de participação será realizado e confirmado por uma Comissão de Avaliação, composta por pilotos e

preparadores nomeados pela Organização do Marcas Brasil Racing

§ 2º - A Comissão de Avaliação terá como base critérios objetivos e previamente definidos, incluindo, mas não se limitando a Graduação e validade da carteira de piloto; Currículo esportivo do competidor; Participação ativa e recente em outras categorias do automobilismo e Histórico de resultados e vitórias em competições oficiais.

§ 3º - As decisões da Comissão de Avaliação serão soberanas, não cabendo recurso quanto ao enquadramento do piloto na categoria definida, visando garantir o equilíbrio técnico, a competitividade e a lisura esportiva da competição.

Art. 4.3.1.3 – A categoria “MASTER” é destinada a pilotos com 50 (cinquenta) anos completados no ano 2026.

Art. 4.3.1.4 – Para os pilotos da Categoria “MASTER” que participarem em dupla onde o outro participante não seja MASTER, considerar-se-á a dupla participante da categoria SUPER ou ELITE conforme o segundo piloto.

Art. 4.3.1.5 – Para os pilotos da Categoria MASTER que participarem em dupla onde o outro participante também seja da categoria MASTER, considerar-se-á o resultado obtido por cada piloto MASTER, individualmente nas provas que participar.

Art. 4.4 - Fica facultado ao promotor, em virtude da demanda, a possibilidade da criação de uma nova Classe ou Categoria além das elencadas, mediante aprovação e o aval das FAUs e CTDN, se for o caso.

Do Número de Carros e Participantes

Art. 4.5 - A quantidade de carros permitidos será calculada conforme Anexo II do CDA 2025 e deverá constar no RPP.

Art. 4.6 - Caso o número de inscritos seja superior ao admitido para o circuito, poderão ser efetuados os seguintes procedimentos:

- I. Dividi-los em baterias classificatórias, com duração não superior a 2/3 da prevista para a prova final;
- II. Classificar pelos melhores tempos obtidos nos treinos de classificação;
- III. Classificar pelos melhores tempos obtidos nos treinos livres;

IV. Não será permitida em hipótese alguma a definição do Grid de largada por sorteio, para a realização da primeira prova de cada evento;

V. O critério a ser adotado deverá constar no RPP.

Da Numeração dos Carros

Art. 4.7 - O número dos veículos participantes não poderá ser superior a 3 (três) dígitos e será definido pelos participantes, no ato de sua inscrição. Os pilotos que participaram do campeonato no ano anterior terão prioridade na escolha da numeração. A distribuição da numeração é de responsabilidade do Promotor.

Art. 4.7.1 - Os veículos deverão apresentar 3 (três) números de identificação, que deverão estar localizados conforme especificações no regulamento técnico da categoria.

Art. 4.7.2 - Os veículos deverão portar no para-brisa e vidro traseiro a identificação de Categoria com as letras “S”, “E” e “M” referente, respectivamente, às categorias “SUPER”, “ELITE” e “MASTER”

Art. 4.7.3 - Não poderá participar de atividade oficial deste campeonato veículo que não portar numeração conforme previsto neste Regulamento.

Art. 4.7.4 - O promotor do evento ficará responsável em informar e divulgar aos pilotos e equipes o “layout” dos carros com os números, nomes e demais informações inerentes à identificação dos veículos.

§ 1º. - O fornecimento dos adesivos dentro dos padrões é de responsabilidade do promotor, que fará a distribuição dos kits no momento da confirmação da inscrição de cada pilotos.

§ 2º - Fica a equipe responsável pelo carro responsabilizada pela colagem dos adesivos de acordo com o layout entregue no kit.

Art. 4.7.5 - Cada carro possuirá um número vinculado ao seu piloto ou dupla inscrita. Os números são pessoais e não poderão ser alterados, durante o Campeonato.

Art. 4.7.6 - Os pilotos terão seus números reservados. Caso o piloto não o utilize em uma temporada completa, o numeral ficará disponível, a critério da empresa promotora.

Art. 4.7.7 - Novos pilotos que acessem a categoria devem efetuar a reserva de seu número junto à empresa promotora.

Art. 4.7.8 - O nome do piloto e seu grupo sanguíneo e fator RH devem aparecer no macacão e no veículo.

Das Obrigações dos Pilotos e Equipes

Art. 4.8 - É proibida qualquer manifestação por parte do piloto e/ou equipe, ou através de qualquer de seus membros, por qualquer meio, que venha a agredir, ofender, deixar dúvidas quanto ao comportamento ou posicionamento de outros pilotos, equipes, organização, direção de prova, Comissários da prova, bem como comentários negativos sobre o desempenho ou qualidade dos produtos fornecidos, tais como pneus, combustível, etc. O não cumprimento deste artigo implica na penalização imediata de multa de 20 (vinte) UP's, além das sanções previstas pelo CDA.

Art. 4.9 - É obrigatório o uso de HANS, e demais indumentárias conforme o CDA como, macacão, luvas, balaclava, capacete e sapatilhas, em perfeito estado e dentro do prazo de validade identificável e homologados pela FAU e/ou FIA conforme seus anexos, listas ou fichas, em perfeito estado e dentro do prazo de validade identificável.

Art. 4.10 - Todos os competidores devem se assegurar de que seus carros respeitem as condições de elegibilidade e segurança, durante todos os treinos e provas;

Art. 4.11 - Todos os membros das equipes **deverão preferencialmente** estar devidamente uniformizados para participarem do grid de largada, bem como deverão estar em posição definida pela organização do evento.

Art. 4.12 - Todas as equipes **deverão** obedecer e seguir os padrões mínimos exigidos pela organização no que se refere à montagem de Box.

Art. 4.12.1 – O padrão mínimo de Box deverá conter uma testeira de qualquer material contendo, no mínimo, o nome e número dos pilotos e biombos e/ou divisórias para separar peças e ferramentas conforme Comunicado no Grupo Oficial da Categoria e dos pilotos no Aplicativo “WhatsApp”, bem como por e-mail.

Art. 4.13 - É responsabilidade do Piloto/Equipe assegurar que todas as pessoas credenciadas em seu nome cumpram todas as obrigações referidas no CDA, nas Regulamentações Técnicas, e Regulamentação Desportiva.

Art. 4.14 - Todas as pessoas relacionadas de qualquer forma com um carro inscrito, presentes na área de paddock, boxes ou pit lane, devem utilizar credenciais apropriadas durante todo o tempo e obedecer aos limites de áreas indicadas pela Empresa Promotora.

Art. 4.15 – Durante qualquer atividade oficial de pista, com box aberto, somente

poderão estar no Pit Lane e Pit Wall, membros de equipes da categoria que estiverem em atividade, devidamente credenciados e com a braçadeira de identificação. Além destes, somente imprensa credenciada com jaleco, oficiais da FAU, seguranças do evento e membros da organização.

Art. 4.15.1 - O não cumprimento no exposto nos Art. 4.13 e 4.14 resultará na apreensão da credencial, retirada da pessoa da área de credenciamento, multa de 10 UP's para o Piloto ou Equipe e outras sanções, a critério dos Comissários Desportivos.

Do direito de imagem

4.16 - Todos os pilotos inscritos cedem ao promotor o direito ao uso de imagem pessoal, seus equipamentos e demais profissionais de sua equipe em caráter gratuito, não incorrendo à autorizada qualquer custo ou ônus, seja a que título for, sendo que estas são firmadas em caráter irrevogável, irretratável, e por prazo indeterminado.

5 - DAS ESPECIFICAÇÕES DAS PROVAS

Art. 5º - Cada Prova possui status de Competição Interestadual, conforme definido no CDA/FAU.

Art. 5.1 - A Prova poderá ser cancelada ou adiada pela Direção de Prova, por motivos de segurança, independentemente do número de carros participantes.

Art. 5.1.1 – As regras específicas para os eventos estarão definidas no RPP.

Art. 5.1.2 - Cada prova terá duração de 35 minutos mais uma volta. Caso a duração das provas não comporte a agenda do evento, o novo tempo de duração será estabelecido em adendo ao RPP, podendo ser em número de voltas.

I - A cada evento, serão definidos no RPP o procedimento obrigatório, a duração, o intervalo e a sequência da operação.

II - Uma vez definido o procedimento obrigatório no RPP, todos os carros são obrigados a realizá-lo. Pilotos que venham acessar o box para manutenções, ou mesmo que abandonem a prova, sem completar os 75% do número de voltas do vencedor, na impossibilidade do cumprimento do procedimento obrigatório, não serão excluídos da prova correspondente. Porém, não pontuarão na prova.

Art. 5.2 - Cada Classe deverá ter, no mínimo, em condições de largada, um grid de 06 (seis) veículos, para que possa ser atribuída pontuação para cada Campeonato.

Art. 5.3 - É permitida a participação de equipe de duplas de pilotos no Campeonato. Nesse caso, deverá ser seguida a seguinte regra:

I - No caso de duplas formada por pilotos de Categorias diferentes prevalecerá a Categoria superior, seguindo a seguinte ordem: “SUPER”, “ELITE” e “MASTER”.

II - Cada piloto deverá conduzir o veículo em forma de igualdade da dupla, ou seja, cada um deverá fazer 1 (uma) prova nos eventos com 2 (duas) provas, sendo vedada a participação de um único piloto nas 2 (duas) respectivamente, no mesmo evento, e se assim acontecer, estará descaracterizada a dupla;

III - A pontuação será da dupla, independentemente da participação do piloto no evento, desde que os dois estejam inscritos.

Art. 5.3.1 - Em caso de dissolução da dupla, esta manterá a pontuação do Campeonato, conforme abaixo descrito:

I - O piloto que passar a competir de forma individual, receberá a pontuação individualizada dos eventos de que efetivamente tiver participado;

II - O piloto que venha a formar nova dupla não adicionará à nova dupla qualquer pontuação advinda da dupla anterior. Entretanto, passará a competir individualmente somando os pontos da nova dupla nas etapas subsequentes.

Art. 5.3.2 - Quaisquer penalidades técnicas serão atribuídas à dupla.

Art. 5.3.3 - As penalidades desportivas serão aplicadas individualmente. Porém, eventuais consequências na pontuação do Campeonato serão estendidas à dupla.

Art. 5.4 - Todas as manutenções devem, de acordo com o CDA, acontecer em frente aos boxes. As manutenções mais demoradas, durante as provas, poderão ser realizadas no interior da garagem do box desde que autorizadas pelos comissários.

Art. 5.5 - O final das provas será definido pela apresentação da bandeira quadriculada no Posto de Sinalização da Direção de Prova (PSDP).

Art. 5.6 – Será proibido o aquecimento eletrônico ou por meio de equipamentos aquecedores de pneus durante todo evento, exceto se explicitamente permitido pelo RPP.

Da Pontuação

Art. 5.7 – A pontuação será atribuída da seguinte forma:

POSIÇÃO	Corrida 1	Corrida 2
P1	30	25
P2	27	22
P3	24	19
P4	21	16
P5	18	13
P6	15	10
P7	12	8
P8	9	6
P9	6	4
P10	3	2

Art. 5.8 – Somente fará jus à pontuação prevista no artigo 5.7, o piloto que completar 75% (setenta e cinco por cento) do número de voltas percorrido pelo vencedor da prova, independentemente de ter recebido a bandeirada de chegada.

Art. 5.9 - Sempre que o resultado de 75% (setenta e cinco por cento) resulte em número com decimais (não inteiro) o arredondamento deverá ser feito para o número inteiro anterior.

Art. 5.10 - O piloto que fizer o melhor tempo nos treinos classificatório em cada categoria, apurada através da tomada de tempo, receberá uma bonificação de 1 (um) ponto. No caso da dupla ambos receberão o ponto.

Art. 5.11 - O piloto que obtiver a volta mais rápida registrada em sua Categoria, em cada corrida da etapa, apurados através da corrida e documentada pelos resultados oficiais, receberá uma bonificação de 1 (um) ponto que será computado na classificação do Campeonato. No caso da dupla ambos receberão o ponto.

Do Descarte

Art. 5.12 - Deverá ser descartadas 1 prova do total de 4 provas sprint realizadas no

campeonato.

Art. 5.12.1 - As bonificações obtidas com pole position e melhor volta não serão descartadas.

Art. 5.12.2 - Os pilotos excluídos, desclassificados ou que estiverem cumprindo suspensão não poderão ter esses resultados considerados como descarte.

Art. 5.12.3 - O descarte será de prova realizada, havendo necessidade de que o piloto se inscreva e esteja presente na etapa para poder descartá-la.

Art. 5.12.4 - O piloto que passar a competir de uma forma individual poderá considerar como descarte os resultados obtidos pelo antigo parceiro.

Do Piloto Campeão

Art. 5.13 - Serão declarados campeões os pilotos que somarem o maior número de pontos ao final do campeonato, observando o critério de descarte previsto neste regulamento.

Do Critério de Desempate

Art. 5.14 - Caso dois ou mais pilotos terminem o Campeonato com igual número de pontos, já considerado o critério de descarte previsto neste regulamento, será adotada a seguinte ordem para desempate de acordo com o CDA

- I - Maior número de pontos sem descarte;
- II - Maior número de vitórias;
- III - Maior número de segundos lugares e assim sucessivamente;
- IV - Maior número de melhores voltas;
- V - Maior número de pole positions;
- VI - Sorteio.

Da Classificação

Art. 5.15 - A classificação oficial será publicada após o término das provas, pela secretaria do evento. Os resultados das provas e a pontuação do Campeonato somente serão oficiais após a homologação da FAU e a respectiva publicação.

Art. 5.15.1 - Qualquer resultado e/ou pontuação divulgados por outro meio que não seja os sites da Categoria ou Promotor, ou ainda, da FAU, não poderão ser considerados como oficiais.

6 - DO BRIEFING

Art. 6º - O *Briefing* será realizado pelo Diretor de Prova em horário e local previsto no RPP, de forma presencial ou através de vídeo conferência, sendo obrigatória a presença de todos os pilotos e, opcionalmente tão somente, 1 (um) representante da equipe, exceto nos casos em que houver autorização expressa dos Comissários e/ou do Diretor de prova.

§ **Único:** A critério do Diretor de Prova, o *Briefing* poderá ser feito por escrito ou por videoconferência.

Art. 6.1 - O *Briefing* deverá ser realizado observando-se as seguintes regras:

- I - Os participantes deverão obrigatoriamente assinar a lista de presença;
- II - Poderá, a critério dos Comissários e/ou do Diretor de Prova, ser permitido o ingresso de retardatários;
- III - Os retardatários e faltosos estão sujeitos às penalidades previstas no CDA, que poderão ser aplicadas por decisão dos Comissários Desportivos, da qual não caberá recurso;
- IV - Durante o “Briefing” o comportamento inconveniente, seja por meio de falas e/ou gestos, será passível de sanções, a critério dos Comissários Desportivos.
- V - Os únicos temas a serem tratados no Briefing serão aqueles relativos ao evento em questão e previamente definidos pelo Diretor de Prova.

Art. 6.2 - Durante o *Briefing* é proibido:

- I - O ingresso, armazenamento e consumo de bebidas alcoólicas;
- II - Fumar cigarro e/ou qualquer outro produto a partir do tabaco, bem como “cigarros eletrônicos”;
- III - O uso de telefones celulares, tablets, computadores e/ou quaisquer outros equipamentos similares;

Art. 6.3 - Quaisquer sugestões e/ou esclarecimentos a respeito dos regulamentos devem ser sempre dirigidos, por escrito, aos Comissários Desportivos.

7- DOS TREINOS

Art. 7º - Somente poderão participar dos treinos oficiais, tomada de tempo e/ou prova, os pilotos devidamente inscritos, com toda a documentação de posse da secretaria e sem débito com a empresa promotora, a FAU e/ou CBA.

Dos Treinos Extras

Art. 7.1 - Caso haja treinos extras, estes serão realizados em datas, locais e regulamentação específica, e, tão logo sejam definidos pela empresa promotora, deverão ser informados oficialmente com antecedência às equipes e às FAUs.

Art. 7.2 - Poderão ser realizados Treinos Extras a critério da empresa promotora com a anuência da FAU, nas seguintes condições:

- I - Circuito utilizado pela primeira vez pela categoria;
- II - Circuito cujo traçado tiver sido modificado de forma substancial, assim definido pela FAU;
- III - Em circunstâncias atípicas, por decisão da Direção de Prova.

Dos Treinos Oficiais

Art. 7.3 - A formatação dos treinos oficiais estará prevista no RPP.

Art. 7.4 – Somente poderão participar dessas atividades, os pilotos devidamente inscritos na prova.

Do Treino Classificatório

Art. 7.5 - O treino classificatório é a forma de apuração dos participantes mais rápidos, com vistas à formação do grid de largada.

Art. 7.6 - Observadas as disposições contidas no CDA, a tomada de tempo dar-se-á de forma livre, pelo período de até 10 (dez) minutos, e com todos os competidores na pista ao mesmo tempo, podendo ser dividida por Classes e/ou por Categoria, em atividades separadas ou não.

8 - DA LARGADA E RELARGADA

Art. 8 - Largada é o instante exato em que é dada a ordem de partida a um ou vários competidores, partindo de um Grid. O modelo de largada será definido no RPP e pode ser:

I - Lançada – os veículos devem ser posicionados em duas filas indianas e paralelas, e, estar em movimento no instante em que é dada a ordem para a partida.

II - Parada – os veículos devem estar imóveis no instante em que é dada a ordem de partida.

Art. 8.1 - Relargada será em fila indiana, respeitando o perfeito alinhamento, em velocidade constante de até 80 Km/h, até a autorização dada através de bandeira verde, no PSDP e concomitantemente nos postos de sinalização. Além do definido neste artigo, a velocidade do procedimento de relargada obedecerá ao estipulado no *Briefing* e disposto no RPP.

Do Grid de Largada

Art. 8.2 - Em se tratando da 1ª prova do evento, o grid de largada será definido com base no treino classificatório.

Art. 8.2.1 – A posição no grid de largada para a primeira prova de cada evento será com base na volta mais rápida obtida na tomada de tempo. Na segunda prova de cada evento, invertem-se os 10 primeiros colocados da primeira prova.

Art. 8.2.2 - Caso haja posições em aberto no grid de largada após o fechamento do box o espaço deverá ficar vago, conforme artigo 116.3 do CDA.

Art. 8.2.3 - Qualquer competidor cujo carro estiver impossibilitado de largar deverá informar ao Diretor de Prova com a maior brevidade possível, mesmo que ele venha largar do box.

Art. 8.2.4 – O procedimento de box aberto para a formação do grid de largada estará

previsto no RPP.

Dos Procedimentos de Largada

Art. 8.3 - A forma da largada será definida no RPP. Caso seja do tipo “parada”, em que os veículos devem estar imóveis no instante em que é dada a ordem de partida, obedecerá às demais disposições contidas no Art. 117 do CDA.

Art. 8.3.1 - A forma da relargada, após a intervenção obrigatória do *safety car* será de acordo com o que diz o CDA.

Art. 8.3.2 - Se o início da prova é iminente e, na opinião do Diretor de Prova, o volume de água na pista é tal que não oferece segurança, a largada pode ser atrasada. Informações sobre a duração estimada do atraso e/ou o novo horário de início serão dadas através do sistema oficial de mensagens. O procedimento de início de prova recomeçará.

9- DO PARQUE FECHADO

Art. 9 - Parque fechado é o local onde os veículos participantes do evento devem ser recolhidos para vistoria, e será definido nos respectivos RPPs.

Art. 9.1 - Terminada a tomada de tempo e provas, os veículos deverão ser recolhidos ao parque fechado, somente podendo ser retirados após autorização do comissário técnico.

Art. 9.2 - Todos os veículos, para terem o resultado da prova homologado, deverão se dirigir imediatamente ao parque fechado, salvo se autorizados pelos Comissários Técnicos e/ou Desportivos, sob pena de desclassificação,

Art. 9.3 - É expressamente proibido o ingresso no parque fechado, de pessoas não autorizadas pelos Comissários Técnicos e/ou Desportivos.

Art. 9.3.1 - O descumprimento do procedimento previsto no item acima poderá, a critério dos Comissários Desportivos, provocar sanções ao piloto do veículo com quem essa(s) pessoa(s) tenha(m) ligação;

Art. 9.3.2 - De acordo com a gravidade do fato, outras penalidades poderão ser aplicadas, conforme disposição no CDA.

Art. 9.4 - Caso um piloto/equipe retire seu carro do Parque Fechado, antes do tempo estabelecido, o competidor será desclassificado, bem como perderá qualquer pontuação e/ou premiação que obtiver ao final da Prova.

10 - DA VISTORIA TÉCNICA

Art. 10 – Antes do início das atividades, os veículos e a indumentária dos pilotos passarão por vistoria técnica no que se refere aos itens de segurança, e não poderá participar do evento, o piloto que não tiver seu equipamento de segurança e carro vistoriados e aprovados.

Art. 10.1 - As vistorias poderão ser efetuadas antes, durante ou após a realização de quaisquer atividades oficiais, a critério do Comissário Técnico e/ou dos Comissários Desportivos,

Art. 10.2 - Caso seja necessário, os Comissários técnicos poderão solicitar alguma análise externa em peças e/ou equipamentos do carro a empresas e/ou institutos determinados pela FAU.

Art. 10.3 - As verificações e a Vistoria técnica serão realizadas em local determinado e a ele só terão acesso as pessoas autorizadas.

Art. 10.4 - Diretor de prova ou comissários desportivos poderão determinar que qualquer carro envolvido em acidente seja parado e verificado.

Art. 10.5 - Caso seja necessário, o Comissário Técnico e/ou o Promotor poderá exigir o fornecimento de dados, a serem obtidos por sistema de aquisição de dados e telemetria do veículo, visando à equalização desses sistemas. O não cumprimento deste dispositivo, ou o fornecimento de dados adulterado, serão punidos com multa de 50 (cinquenta) UP's, conforme item 10 do artigo 137 do CDA, além de outras sanções previstas no mesmo código.

Da Pesagem do Carro

Art. 10.6 - Os carros devem apresentar o peso mínimo obrigatório em todas as atividades do evento. Caso o peso mínimo fique abaixo do previsto pelo Regulamento Técnico, o piloto em questão será desclassificado.

Art. 10.6.1 - Ao término da tomada de tempo e das provas, os veículos serão pesados e vistoriados, a critério do Comissário Técnico, ficando retidos no parque fechado até que ocorra sua liberação.

Art. 10.6.2 - Caso o veículo não atinja o limite de peso estabelecido, deverá ser pesado mais duas vezes, na presença do piloto ou de um representante da equipe, para comprovação da pesagem, devendo o oficial de competição, que tiver supervisionado a atividade, relatar em formulário próprio, aos Comissários Desportivos.

Art. 10.6.3 - A balança oficial da prova é a única cujas medições serão consideradas válidas, não cabendo recurso quanto aos dados nela registrados.

Art. 10.6.4 – Os pesos dos veículos estão consubstanciados no art. 19 do Regulamento Técnico da Categoria.

11- DA CRONOMETRAGEM

Art. 11 - A cronometragem das provas deverá ser feita única e tão somente por sistema eletrônico, com sinal captado por sensor próprio de cada piloto e instalado nos veículos, conforme disposto no art.22.3 do Regulamento Técnico.

Art. 11.1 - É de responsabilidade da equipe responsável pelo veículo a instalação do sensor do piloto que participará da atividade em pista, de acordo com as instruções da equipe de cronometragem.

Art. 11.1.1 - Carros que não registrem o tempo, fica a critério do Diretor de Prova solicitar que o carro em questão vá para o box para correção do problema.

Art. 11.1.2 - Carros que tenham sensor de outro piloto diferente daquele em atividade de pista, fica a critério do Diretor de Provas a penalidade, que pode ser desde uma notificação verbal até a desclassificação.

Art. 11.2 - Os sensores são de propriedade da Cronometragem, sendo obrigatória a devolução do equipamento, em qualquer situação, ao final dos treinos livres, tomadas de tempo, prova ou quando solicitado pela organização.

Art. 11.2.1 - O piloto que não devolver o sensor, ou devolvê-lo com danos causados pelo uso, deverá ressarcir à organização o valor de 20 (vinte) UPs.

Art. 11.3 - Os relatórios de cronometragem deverão especificar:

I - Treinos Livre Oficiais - contendo o nº do veículo, nome do piloto, equipe, Categoria, ordem de classificação e tempo da melhor volta;

II - Tomada de Tempo – contendo o nº do veículo, nome do piloto, equipe, Categoria, ordem de classificação e tempo da melhor volta;

III - Prova – contendo o nº do veículo, nome do piloto, equipe, Categoria, ordem de classificação, nº de voltas, tempo total da prova, melhor volta e volta em que foi realizada;

IV - Prova – deverá também ser emitido o relatório volta a volta, indicando o nº do veículo e o tempo obtido em cada volta, bem como o somatório do tempo total;

Art. 11.3.1 - Nos relatórios de cronometragem deverá especificar o nome do piloto que participou da tomada de tempo e da prova, no caso de participação em dupla.

12 - DA PREMIAÇÃO

Art. 12 – Haverá duas cerimônias de pódio por etapa. Em cada uma delas, após cada prova, serão distribuídos troféus ou taças aos pilotos que alcançarem as 5 (cinco) primeiras colocações nas categorias Super, Elite e Master levando em consideração a ordem de chegada conforme relatório eletrônico da cronometragem.

Art. 12.1 – Caso seja diminuído o número de troféus previsto no Art. 12, o critério a ser adotado para a distribuição será definido no RPP.

Art. 12.3 – Ao final do Campeonato serão entregues prêmios a serem definidos no decorrer do campeonato e amplamente divulgados no site oficial do Marcas Brasil Racing.

13 - DO PÓDIO

Art. 13 – O pódio das provas será formado pelo piloto vencedor, e os demais competidores com direito à premiação. Todos deverão estar presentes na Cerimônia de Premiação no Pódio, devidamente trajados com macacão e sapatilhas, além de seguirem os procedimentos especificados pelo Mestre de Cerimônias.

Parágrafo único: O descumprimento dessa regra poderá acarretar ao infrator as penalidades contidas no CDA, que serão aplicadas pelos Comissários Desportivos.

14 - DA PUBLICIDADE

Art. 14 – Fica reservado para utilização da organização do evento, o espaço publicitário conforme Seção XXIV do Regulamento Técnico de cada categoria.

Art. 14.1 – Caso o piloto inscrito venha a comprovar, através de documento formal, que possui patrocínio conflitante com o da organização do evento, poderá abster-se da publicidade acima, desde que efetue o pagamento correspondente ao valor de uma taxa de inscrição integral.

Art. 14.2 – É vedada a colocação de publicidade no autódromo sem prévia autorização da organização do evento.

Art. 14.3 - É proibido o uso da seguinte publicidade:

- I - Política;
- II - Racista em quaisquer de suas formas;
- III - Religiosa.

15 - DAS PENALIDADES:

Art. 15 - Sempre que houver aplicação de penalidades por atitudes antidesportivas ou irregularidades técnicas, os pilotos e/ou equipes serão punidos conforme determinado no CDA – Código Desportivo do Automobilismo 2026, e artigos deste regulamento.

Art. 15.1 - No julgamento de uma atitude antidesportiva, o piloto ou pilotos julgados culpados serão punidos a critério dos Comissários Desportivos;

Art. 15.2 - O piloto e equipe punidos com desclassificação perderão o direito a toda e qualquer premiação que lhes couber pela colocação alcançada ao final das provas.

16- DAS RECLAMAÇÕES E RECURSOS

Art. 16 - As Reclamações e Recursos serão ordenados, disciplinados e interpretados conforme disposto no Código Desportivo do Automobilismo - CDA, observando-se as disposições contidas neste Regulamento.

§ único: Não serão admitidos Reclamações e/ou Recursos contra penalidades já cumpridas.

Das Reclamações

Art. 16.1 – As Reclamações deverão ser apresentadas conforme especificado no Capítulo XVII do CDA – Código Desportivo do Automobilismo 2026.

Art. 16.2 – Qualquer reclamação feita aos oficiais de competições constituídos nas etapas por meio verbal, gestual ou escrito, de forma acintosa, em tom de ameaça, provocação ou discriminação é passível de punição conforme os artigos 132.1, V, 133 - IV e 137.4 do Código Desportivo do Automobilismo de 2026(CDA);

Dos Recursos

Art. 16.3 - Os Recursos deverão ser interpostos como descrito nos Capítulos XVIII e XIX do CDA – Código Desportivo do Automobilismo 2025.

17 - DO DOPING

Art. 17 - A absorção de substâncias naturais, sintéticas e/ou químicas, e a utilização de procedimentos considerados dopantes, conforme lista divulgada pela WADA/FIA, são estritamente proibidas.

§ único: Os infratores e aqueles que se recusarem ao controle de doping serão punidos de acordo com as normas WADA/FIA.

18 – DA SEGURANÇA

Art. 18 - Pilotos, Equipes, Empresa Promotora, bem como todos os envolvidos com o evento têm obrigação de zelar pela segurança dos competidores e do público em geral.

Art. 18.1 – Setores da pista com acidentes, problemas de segurança, iminência de risco, serão orientados e/ou alertados através de sinalização oficial, nos postos de sinalização, coordenada pela direção de prova, e aplicada através painéis luminosos, bandeiras e placas e é soberana em qualquer momento do evento.

Art. 18.2 – Os pilotos estão proibidos de dirigir seus carros em direção oposta ao sentido da pista, exceto quando necessário para retirar seu carro de uma posição perigosa.

Art. 18.3 – Os pilotos, quando na condução de seus carros, deverão estar trajando sempre indumentária completa homologada FIA/CBA.

Art. 18.4 – Poderá ser medido pelos Comissários técnicos o tempo de saída do carro pelo piloto, vestido com todo o seu equipamento, preso ao cinto de segurança e com o volante colocado na posição. O tempo máximo de saída do carro não pode ultrapassar 10 (dez) segundos.

Art. 18.5 – Um piloto que abandone seu carro deverá deixá-lo sempre que possível, em lugar seguro e com o volante no lugar.

Art. 18.6 – Qualquer desrespeito às determinações do CDI/FIA, do CDA/CBA ou deste Regulamento Desportivo em relação à disciplina e à segurança, pode resultar

na exclusão do carro e do piloto na referida prova.

Art. 18.7 – É proibida a utilização de drone sem a prévia autorização da empresa promotora em conjunto com a FAU. Será aplicada ao(s) infrator(es) a multa de 20 (vinte) UP's, além da retirada da credencial do infrigente.

Art. 18.8 - Além do acima citado, será recomendado o uso do receptor de sinais luminosos (Safety Light), que deverá ser instalado no habitáculo, com possibilidade de perfeita visão do Piloto, devidamente acomodado no banco do carro. É de responsabilidade da equipe / piloto, informar ao fornecedor oficial do sistema, qualquer anormalidade no seu funcionamento.

§ único: O Safety Light poderá ser utilizado como ferramenta extra, além da sinalização oficial de pista, para uso dos Comissários Desportivos na análise de incidentes, reclamações e recursos durante a etapa.

19 - DOS AUTÓDROMOS

Art. 19 - As Etapas do Campeonato serão realizadas em Autódromos homologados pela CBA, com supervisão de suas respectivas federações.

Art. 19.1 – O RPP definirá o circuito a ser utilizado, que poderá ser:

I - Completo (Misto);

II - Anel de Velocidade (OVAL).

Art. 19.2 - A utilização do Autódromo em dia não constante do Programa Oficial da prova, bem como os seus custos, será de inteira responsabilidade dos participantes, com acerto junto à administração do mesmo e/ou órgãos competentes.

20 - DAS CÂMERAS DE VÍDEO

Art. 20 – Todos os veículos deverão ter no mínimo uma câmera *on board*, em pleno funcionamento, voltada para frente com sua imagem livre de qualquer obstrução por qualquer item dentro ou fora com a amplitude de imagem para a verificação dos movimentos do piloto em sua condução tanto do lado interno, ou externo em relação aos demais competidores. Seu posicionamento deverá ser aprovado pelos Comissários Técnicos e/ou Desportivos utilizando seu critério, sendo que essa câmera deverá estar à disposição da FAU em qualquer momento do evento imediatamente após ser solicitada.

Art. 20.1 - A instalação somente poderá ser feita se observados os requisitos de

segurança e sua instalação deverá ser aprovada pelo Comissário Técnico.

Art. 20.2 – A retirada dos equipamentos dos veículos somente poderá ocorrer após autorização do Comissário Técnico.

Art. 20.3 - O equipamento será lacrado, e as imagens por ele produzidas poderão ser copiadas e utilizadas pelos Comissários Desportivos, sendo os originais devolvidos ao piloto ou equipe.

Art. 20.3.1 - Nos casos em que houver falha e/ou ausência de imagens nos respectivos cartões que impeçam o esclarecimento de incidentes pelos Comissários Desportivos, o piloto e a equipe serão advertidos e multados em 5 UP's.

Art. 20.4 - A câmera de vídeo e seus acessórios não poderão ser utilizados como Lastro para atendimento do peso mínimo exigido pelo regulamento técnico da Categoria.

Art. 20.5 – Poderão ser instaladas mais de 01 câmera de vídeo no veículo, e os procedimentos e obrigações serão as mesmas acima descritas.

21 - DA PROGRAMAÇÃO – DATAS E HORÁRIOS DOS EVENTOS

Art. 21 – Os eventos serão realizados conforme calendário do Promotor e as datas somente poderão ser alteradas por motivo justificado, através de aviso divulgado com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência.

Art. 21.1 - Em havendo a necessidade da troca das praças entre as FAUS envolvidas no Campeonato 2026, em virtude das agendas de cada Estado, deverá ser emitido comunicado OFICIAL aprovado pelo Promotor, e divulgado com no mínimo de 15 (quinze) dias de antecedência.

Art. 21.2 - A programação contendo os horários será divulgada no RPP de cada evento.

22 - CALENDÁRIO 2026

Art. 22 – O Calendário do da Copa Brasil Central Marcas Brasil Racing, para o ano de 2026, será conforme descrito abaixo. Todas as datas estarão sujeitas a confirmação, e poderão ser alteradas:

Evento 1 – Interlagos, SP (Festiva)
Evento 2 – Cuiabá, MT (Sprint)

30 e 31 de Janeiro, 01 de Fevereiro;
19, 20 e 21 de Junho;

Evento 3 – Brasília, DF (Sprint)

09, 10 e 11 de Outubro;

23 - DA APROVAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Art. 23 - O presente regulamento foi aprovado pela Promotora, Comissão de Equipes e Pilotos da MARCAS Brasil Racing e homologado pelos Presidentes das FAUS envolvidas.

Federação de Automobilismo do Distrito Federal

Federação de Automobilismo de São Paulo

Federação de Automobilismo do Estado de Mato Grosso